

PARECER Nº 080/2025

CONSULENTE: Câmara Municipal de Conquista/MG

OBJETO: Projeto de Lei nº 009/2025, de 09 de outubro de 2025, autoria dos Vereadores Wendel Antônio Arduini, Marcos Augusto de Matto, Júlio César dos Santos, Ricardo César da Silveira Bovi.

1. CONSULTA

Trata-se de projeto de lei de autoria dos vereadores mencionados, que “*Dispõe sobre a denominação do Hospital Municipal localizado no Município de Conquista e dá outras providências*”.

2. PARECER

2.1 O aspecto formal, a “forma de exteriorização”, no dizer de JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO (in Direito Constitucional e teoria da Constituição – 7ª Ed – Coimbra: Almedina – 2003 – pág. 959 da norma proposta, apresenta-se sem mácula, pois que competência, iniciativa e pressupostos se acham conformados à pretensão.

2.2 Competência delineada a teor do art. 30, incisos I e II da Carta/88 e Constituição Mineira, art. 171, I, uma vez claro tratar-se de interesse local.

Por aplicação do princípio da simetria, os comandos constitucionais encontram-se reproduzidos no artigo 64, inciso II da Lei Orgânica do Município de Conquista:

Art. 64. Compete privativamente ao Município:
...omissis
II - legislar sobre assuntos de interesse local;

2. PARECER

A iniciativa está amparada no expressar do art. 157 da LOM, veja-se:

Art. 157. A iniciativa de Lei Complementar e Ordinária cabe a qualquer Vereador ou comissão da Câmara e ao Prefeito, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica.

A espécie normativa é correta, haja vista que a Lei de Organização Municipal apresenta a disposição contemplando a lei ordinária no âmbito do processo legislativo:

Art. 140. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I - emenda à Lei Orgânica;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

Eis o que dispõe a Lei Federal nº 6.454/1977,
em reformulação dada pela Lei nº 12.781/2013:

Art. 1º. É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. (Redação dada pela Lei nº 12.781, de 2013)

Art. 2º. É igualmente vedada a inscrição dos nomes de autoridades ou administradores em placas indicadores de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração Pública direta ou indireta.

Art. 3º As proibições constantes desta Lei são aplicáveis às entidades que, a qualquer título, recebam subvenção ou auxílio dos cofres públicos federais.

Art. 4º A infração ao disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis a perda do cargo ou função pública que exercerem, e, no caso do artigo 3º, a suspensão da subvenção ou auxílio.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

em reform

Nessa esteira, sugerimos seja encartado aos autos a certidão de lavratura do assento de óbito da pessoa homenageada, haja vista que, nos termos do art. 77 da Lei Federal nº 6.015/73, a morte de qualquer pessoa natural é comprovável via de tal documento jurídico.

2.3

Quanto ao aspecto da técnica legislativa, acha-se a proposição em conformidade com os ditames do Regimento Interno:

Art. 92. A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão, à devida proporção, as normas da Lei Complementar Nº 95/1998 e Decreto Federal 9.191 de 2017, ou outras que vierem a substituí-los, no que couber.

A LOM também expressa:

Art. 142. A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão as normas da Lei Complementar nº 95, do Decreto Federal nº 2.954, de 29-1-99, no que couber, e mais as seguintes, quanto: (...omissis)

3. CONCLUSÃO

Posto isto, nosso entendimento é no sentido de que o projeto em questão deve ser instruído com a certidão de óbito da pessoa homenageada, de forma a adequar-se à legalidade, e, uma vez estando conformado à técnica legislativa, opinamos por sua regular tramitação, pois apto a submeter-se ao crivo soberano do plenário, que decidirá sobre sua eventual aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Conquista, aos 27 de outubro de 2025.

JOSÉ MARIA SOBRINHO
= OAB/MG 67.056 =

JOSE MARIA
SOBRINHO:480376
13615

Assinado de forma digital por
JOSE MARIA
SOBRINHO:48037613615
Dados: 2025.10.27 20:06:45
-03'00'